

**Risorgimento e Revolução:
a inserção e recepção do ideário de Giuseppe Mazzini no movimento farroupilha através
de Giuseppe Garibaldi, Lívio Zambecari e Luigi Rossetti**

Laura de Leão Dornelles / Mestranda PUC-RS - Bolsista Cnpq

Resumo: As idéias republicanas de Giuseppe Mazzini se inscrevem em um período da história italiana conhecido como Risorgimento que, iniciando por volta de 1815, levou à Unificação Italiana, fazendo da Península um organismo político independente com base nacional (ano de 1861). A Revolução Farroupilha (1835-1845) tem seu desenrolar contemporâneo à Giovine Europa, uma associação política criada por Mazzini, em Berna, no mês de abril de 1834. Essa tentativa geograficamente ampla (européia), de criação de uma organização de viés democrático, influenciou uma geração de italianos que lutaram ao lado dos revolucionários farroupilhas. Neste sentido, o presente trabalho visa compreender a inserção e a recepção dos ideais mazzinianos na Revolução Farroupilha a partir dos três italianos que, por suas atuações, se destacaram nessa trajetória: Luigi Rossetti, Livio Zambecari, e Giuseppe Garibaldi.

Palavras-chave: Giuseppe Mazzini; Risorgimento; Revolução Farroupilha.

Após a derrota de Napoleão em Leipzig, os representantes das grandes monarquias européias se reuniram no Congresso de Viena, em 1815, visando restabelecer a situação política anterior à Revolução Francesa de 1789, ou seja, a restauração monárquica e a reinstalação da aristocracia parasitária no poder. Porém, os ideais republicanos presentes na Revolução Francesa haviam aberto novas perspectivas à organização política mundial, o que, concomitante com a parte econômica, expôs ideais republicanos e liberais como entrave à política conservadora absolutista.¹

Nesse contexto, na primeira metade do século XIX, a Itália conheceu um processo de gradual redescoberta e de reivindicação de sua própria identidade nacional. Conhecido como *Risorgimento*, esse processo histórico iniciou por volta de 1815 e levou à criação de um reino unificado na Itália, em 1861, fazendo da Península um organismo político independente com base nacional. O relativamente longo desenvolvimento do *Risorgimento*, pleno de revoltas e repressões violentas, foi sustentado, pelo menos até 1848, fundamentalmente por setores burgueses, mas também por uma pequena parcela da aristocracia. Tais grupos sociais

¹ PERRY, Marvin. *Civilização ocidental*. São Paulo: Martins Fontes, 1985. p. 483-488.

2

defendiam certo grau de reformas políticas que lhes garantissem participação nas esferas governamentais e, em termos econômicos, a supressão de entraves que pesassem sobre o bom desempenho de mercados, dificultando, em última instância, o enriquecimento dos mesmos. As pretensões da burguesia italiana, apresentadas discursivamente em nome de uma dimensão ética e moral coincidentes com ideais políticos e reivindicações econômicas, eram, por outro lado, destituídas de todo e qualquer caráter de redefinições e ajustamentos sociais.²

Giuseppe Mazzini se insere nesse contexto do *Risorgimento* dando corpo e forma aos objetivos dos primeiros mártires da luta pela Unificação Italiana (como Ciro Menotti), pregando a revolução em oposição à restauração das monarquias absolutistas e a participação popular nas esferas governamentais.³ Ativista intensamente engajado no ideal de Unificação Italiana, Mazzini nasceu em Gênova, em 22 de maio de 1805, e morreu em Pisa, em 10 de março de 1872. Em 1830 tornou-se membro da *Carbonaria*; a sociedade secreta onde nasceu a luta pela unidade da Península Itálica. A sua atividade revolucionária o obrigou a refugiar-se em Marselha, onde concluiu que os *carbonários* tinham fracassado por terem tramado apenas levantes locais, não tendo nenhum plano ‘global’ para a unificação do território italiano. Dessa forma, funda a *Giovine Italia*, uma organização constituída de revolucionários dedicados, muitos deles estudantes, tendo como objetivo servir de instrumento para o despertar da unidade italiana. Essa luta sagrada, para Mazzini, exigiria heroísmo e sacrifícios. O lema da *Giovine Italia* era ‘Deus é o povo’; suas bases se assentavam nas premissas ‘liberdade, independência, igualdade, unidade e humanidade’; e o seu objetivo era a união dos estados italianos em uma única República, vista por Mazzini como condição *sine qua non* para libertar o povo italiano dos invasores estrangeiros.⁴ Mazzini fundou outras associações políticas pela libertação e unificação de outros estados europeus como a *Giovine Germania*, a *Giovine Polonia*, a *Giovine Svizzera* e, por fim, a *Giovine Europa* que, criada em Berna no mês de abril de 1834, visava a transformação da Europa numa irmandade de povos livres.⁵

Influenciado pelo romantismo, Mazzini dedicou sua vida à criação de uma Itália unida e republicana, sendo tanto um liberal quanto um romântico. Como liberal lutou em prol do governo republicano e constitucional, sustentando que a liberdade nacional acentuaria a

² DROZ, Jacques. *Europa: restauración y revolución, 1815-1848*. Madrid: Siglo XXI, 1985. p. 172-185.

³ BALZANI, Roberto. Il problema Mazzini. In.: *Ricerche di Storia Politica*. Roma: N°. 2, anno 8. giugno 2005. p. 159-182.

⁴ MAZZINI, Giuseppe. *Scritti Politici*. Torino: Einaudi, 1976. p. 63-70.

⁵ SARTI, Roland. *Giuseppe Mazzini: la politica come religione civile*. Roma: Editora Laterza, 2005. p. 9-115.

3

liberdade individual. Como romântico buscou a verdade mediante o sentimento e a intuição elevados e acreditava que uma Itália desperta conduziria à regeneração da humanidade. Acreditava que uma ‘terceira Roma’ introduziria uma nova ‘Era’ de nações livres, de liberdade pessoal e de igualdade. Essa ‘Era’ representaria um grande progresso para a humanidade; a paz, a prosperidade e a felicidade universal substituiriam o materialismo e o interesse individual. Tendo grande carisma e eloquência, atraiu a *intelligentsia* e a juventude, infundindo o *Risorgimento* com intensidade espiritual.⁶

Mazzini acreditava que uma revolução bem sucedida devia vir de baixo, do ‘povo’, personagem principal de seu ideário. Esse ‘povo’ deveria estar motivado por um profundo amor pela pátria; deveria derrubar os príncipes da casa de Habsburgo e criar uma República popular. Nas próprias palavras de Mazzini:

Vi que a Pátria Una, dos iguais e dos livres, não sairia de uma aristocracia que jamais teve entre nós uma vida coletiva e iniciadora, nem da Monarquia que se insinuou, no século XVI, sobre as pegadas do estrangeiro e sem missão própria, - entre nós, sem pensamento de Unidade ou de emancipação, - mas somente do povo da Itália, - e assim o disse.⁷

Devido ao seu misticismo religioso (mais janséista que católico), impregnado pelo ideário romântico-nacionalista, Mazzini entrevia um mundo de Estados independentes; a união da humanidade baseada na nacionalidade e no republicanismo como consecução do plano divino:

O que atualmente tira a Humanidade é a falta de uma fé comum, de um pensamento, adotado por todos, que reúna Terra e Céu, Universo e Deus [...] Cabe-vos uma solene missão: provar que somos todos filhos de Deus e irmãos n’Ele. Só cumprireis melhorando-vos e cumprindo o Dever. [...] o vosso dever [...] o mais essencial de todos, é aquele que tendes para com a Pátria. [...] Vossa emancipação só pode fundar-se sobre o triunfo de um princípio: a unidade da Família Humana.⁸

Concomitante ao desenrolar do *Risorgimento*, o ideário republicano e liberal que inspirou Mazzini se expandiu para o continente americano e se adaptou a realidade local, onde eclodiram movimentos sociais em prol da cisão do vínculo metrópole-colônia. O Brasil se destaca nesse cenário como exceção à regra de independentização latino-americana, já que se constituiu como única experiência monárquica pós-independência (1822). Nesse contexto, o Brasil é assolado por uma política imperial extremamente centralizadora e autoritária,

⁶ SARTI. Op. Cit. p. 3-9.

⁷ MAZZINI, Giuseppe. Os deveres do homem. In.: *Coleção Pensadores Italianos*. Vol. XXVI. São Paulo: Editora Brasileira, 1952. p. 345. Mazzini discorre mais densamente sobre o tema em ‘Programa da Itália do Povo’. In.: *Scritti Politici*. Torino: Einaudi, 1976. p. 305-313.

⁸ Ibid. p. 370-375.

4

organizada a partir da capital Rio de Janeiro. Isso gerou um sufocamento das autonomias regionais, o que não se desfez com a abdicação de D. Pedro I (7 de abril de 1831), continuando no período regencial (1831-1840). Apesar de, na regência de Diogo Antônio Feijó, o *Ato Adicional de 1834* conceder poder legislativo aos Conselhos Provinciais, na prática persistia a centralização de poder no Sudeste. Ao longo dessa tensa situação de consolidação da unidade nacional brasileira, surgiu uma série de revoltas provincianas no país; durante o governo de Dom Pedro I – a *Confederação do Equador* (1824), em Pernambuco; ao longo do período regencial – a *Cabanagem*, no Pará (1835-1840), a *Revolução Farroupilha*, no Rio Grande do Sul (1835-1845), a *Sabinada*, na Bahia (1837-1838) e a *Balaiada*, no Maranhão (1838-1841); e durante o governo de Dom Pedro II – a *Revolução Praieira*, novamente em Pernambuco (1848).⁹

Encabeçada pela elite estancieira do Sul do país, a chamada Revolução Farroupilha¹⁰ surgiu em oposição ao centralismo do governo regencial, que delegava à Província Rio-grandense altos impostos sobre o couro e o charque (principais produtos da região). Esse fato impedia uma concorrência justa entre os produtos rio-grandenses e os platinos, já que os últimos possuíam entrada facilitada no Brasil através de taxas de importação mais baixas do que os impostos cobrados dos rio-grandenses – os platinos pagavam em torno de 4% acima do valor do produto, enquanto os riograndenses pagavam em torno de 25%. Além disso, o sal era importado no Brasil com altas taxas de impostos, o que encarecia a produção do charque gaúcho.¹¹

A derrota brasileira na Guerra da Cisplatina, que se estendeu entre os anos de 1825 a 1828, colaborou para tensionar ainda mais as relações entre o poder imperial e os rio-grandenses, visto que os estancieiros gaúchos não receberam o devido ressarcimento sobre os prejuízos de guerra, além de reivindicarem o comando das forças militares que foram delegadas ao Marquês de Barbacena. Os sulistas passaram a ver o Rio Grande como a ‘estalagem do império’; uma região tática para a manutenção da hegemonia brasileira sobre a Região Platina. Essa situação, ao invés de possibilitar o sobressalto da Província Rio-

⁹ Acerca da situação governamental pós-independência ler PICCOLO, Helga I.L. A Guerra dos Farrapos e a construção do Estado Nacional. In.: DACANAL, José Hildebrando (org.). *A Revolução Farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

¹⁰ Não é pretensão do presente trabalho discutir acerca da designação do termo “revolução” para tal acontecimento da história rio-grandense.

¹¹ Estas assertivas são expressas por: FREITAS, Décio. Farrapos: uma rebelião federalista. In.: DACANAL. Op. Cit. p. 116; LOPEZ, Luiz Roberto. *Revolução Farroupilha: a revisão dos mitos gaúchos*. Porto Alegre: Movimento, 1992. p. 16.

5

grandense no cenário nacional, acabava por delegar mais perdas do que ganhos aos sulistas, já que deveriam deslocar boa parte de sua população para as batalhas, não eram devidamente ressarcidos pelas perdas materiais geradas por elas e não conseguiam o reconhecimento merecido às autoridades provinciais. Além disso, a Guerra da Cisplatina permitiu aos rio-grandenses obter uma comparação aos vizinhos platinos; no Uruguai a elite pecuarista e charqueadora mantinha o poder político-econômico sobre a região. Ao contrário dessa situação, os rio-grandenses eram obrigados a pagar altos impostos mantenedores de uma monarquia centralizadora e parasitária que não parecia clemente às reivindicações da elite provincial.¹²

É perceptível que as expectativas acerca de uma maior autonomia da Província Sulista não se concretizaram após o ‘7 de abril’, sendo mantida uma política extremamente centralizadora pelo governo regencial. Os presidentes provinciais continuaram sendo delegados pelo Sudeste, apesar de criticados por estarem alheios aos problemas e interesses locais. Por fim, a deflagração da Revolução Farroupilha se deu com o crescente descontentamento dos liberais rio-grandenses acerca da governança de Antônio Rodrigues Fernandes Braga, que, apesar de se aproximar ideologicamente dos liberais (‘exaltados’), sucumbiu às pressões dos conservadores (‘retrógrados’), mantendo a política indossada pelo governo regencial. Nesse momento, de acordo com Helga Piccolo:

A denúncia da existência de um plano separatista serviu de pretexto para o rompimento entre a maioria liberal da Assembléia Legislativa e o presidente da província Antonio Rodrigues Fernandes Braga, criticado por ‘fazer o jogo dos retrógrados’, isto é, identificado com os que pretendiam sustar o processo aberto com a abdicação [...].¹³

Após analisarmos o momento histórico vivido pela Itália e pelo Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XIX, se percebe que a Revolução Farroupilha tem seu desenrolar contemporâneo ao da *Giovine Europa*, ou seja, é concomitante à tentativa de Mazzini de ampliar a expansão do ideário republicano. Essa tentativa de Mazzini, de criação de uma organização de viés republicano geograficamente amplo, influenciou uma geração de ativistas italianos que lutaram na Revolução Farroupilha e que mantiveram contato com os ideais de Mazzini através de seus escritos no Velho Mundo. Dentre esses, o presente trabalho visa focar sua análise naqueles que, por suas atuações, se destacaram na trajetória farroupilha: Livio

¹² PESAVENTO, Sandra Jatahy. Farrapos, liberalismo e ideologia. In.: DACANAL. Op. Cit. p. 14-15.

¹³ PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A guerra dos farrapos e a construção do estado nacional. In: DACANAL. Op. Cit. p. 51.

6

Zambeccari, correntemente chamado de ‘secretário particular’ de Bento Gonçalves; Luigi Rossetti, editor do jornal mais importante da República Rio-grandense, ‘O Povo’¹⁴ (até seu n.º. 47); e Giuseppe Garibaldi, formador e comandante da frota naval farroupilha.

As adaptações do ideário liberal no Brasil

Juntamente com o romantismo e o nacionalismo que inspiraram Mazzini, o ideário liberal teve amplo espaço entre as mudanças político-econômicas ocorridas a nível mundial no século XIX. No cenário europeu, o liberalismo apareceu como um movimento em defesa do ideário democrata (mais especificamente em oposição ao Antigo Regime), mas a experiência jacobina da Revolução Francesa fez com que as burguesias européias temessem que nas mãos das classes mais humildes a filosofia dos direitos naturais se transformasse facilmente no credo democrático de que todas as pessoas pudessem participar do poder político. Assim, a ‘liberdade individual’, de possuir o bem privado, poderia ser perdida não para o despotismo de reis, mas para a tirania da maioria. Esse temor provocou atitudes contrarrevolucionárias dos liberais no momento que a febre revolucionária chegava às massas populares, bem como a limitação de certa renda *per capita* como pré-condição de direito de participação no processo eleitoral.¹⁵

Acerca das adaptações que o liberalismo europeu sucitou no Novo Mundo, Sandra Pesavento faz uma análise bastante pertinente acerca do debate gerado pela colocação, feita por Roberto Schwarz, de que no Brasil, as idéias estariam ‘fora do lugar’, ou seja, desvirtuadas de seu espaço original; o europeu.¹⁶ Sobre esse debate, Pesavento se coloca a favor da teoria de Maria Sylvia Carvalho Franco de que as idéias ‘estariam no lugar’,¹⁷ pois “[...] é a classe dominante, lá e cá, que elabora ou adota idéias que servem a seus interesses, no caso, a afirmação da dominação sobre os demais grupos”.¹⁸ Portanto, no Brasil o ideal liberal foi adaptado à situação local, já que:

[...] nossos liberais recolheram da ideologia importada aqueles elementos condizentes com suas reivindicações mais imediatas, ou seja, o liberalismo econômico tinha o significado básico de romper monopólios e estabelecer o livre comércio, enquanto que a sua contrapartida política se orientava para a entrega do poder de direito aos seus representantes de fato na sociedade

¹⁴ Provavelmente o título ‘O Povo’ seja alusivo ao ideário de Mazzini.

¹⁵ BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 5. ed. Brasília: Ed. da UNB, vol. 2. 2000. p. 686-687.

¹⁶ SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In.: *Estudos Cebrap*. São Paulo: Brasiliense, jan. 1973.

¹⁷ FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. As idéias estão no lugar. In.: *Cadernos de Democracia como valor universal*. São Paulo: Brasiliense, 1976.

¹⁸ PESAVENTO. Op. Cit. p. 21.

brasileira: os proprietários de escravos e terras [...] Para a Europa o liberalismo tinha o significado de responder às exigências de realização hegemônica de uma nova classe [burguesia] e consolidação do modo capitalista de produção. [...] no Brasil, o processo de independência implicava a permanência do mesmo grupo e dos mesmos interesses como predominantes internamente na sociedade, o que implicava a impraticabilidade de uma ‘mudança liberal’ por completo da sociedade, tal como na Europa.¹⁹

No Rio Grande do Sul, o liberalismo se colocou no foco dos problemas provinciais, negligenciados pela centralização governamental do Império Brasileiro. Assim, para os rio-grandenses o ideário liberal se constituiu como uma justificativa para sua rebelião contra a centralização do Império, que deixara de corresponder às expectativas de salvaguardar a propriedade e a soberania provincial, abertas com o processo de independentização do país.²⁰

O embate ideológico entre as lideranças farroupilhas

Em viagem ao Rio Grande do Sul, em princípios dos anos de 1830, Arsène Isabelle percebeu a tensão existente entre os republicanos brasileiros:

[...] a maioria dos brasileiros parece ser pela república. Infelizmente estes mesmos estão em dissidência entre si, uns querendo adotar a forma *unitária*, outros a forma *federativa* [...] A província do Rio Grande, podendo viver sem as demais e sendo para ela muito útil, queria a federação, isto é, o isolamento quase completo; as outras protestam, o que faz com que ninguém se entenda. Essa dificuldade de se conciliar, a respeito da forma, retardará talvez o termo *movimento*, induzindo, provavelmente à anarquia os republicanos brasileiros.²¹

A própria ideologia que norteou o movimento farroupilha, ao longo dos quase dez anos, esteve longe de ser uniforme. É de extrema importância compreender a cisão existente intra-lideranças farroupilhas acerca das reivindicações desta rebelião para com o Império Brasileiro. É perceptível a oposição entre um grupo majoritário, composto por progressistas (como Bento Gonçalves, Domingos José de Almeida, Mariano de Mattos, Antônio de Souza Neto, Ulhoa Cintra, José Gomes Portinho e outros), e um grupo minoritário, composto por conservadores (como Vicente da Fontoura, David Canabarro, Onofre Pires e outros). Sobre este tema, se faz importante o estudo feito por José Plínio Guimarães Fachel que discorre:

Durante o movimento dois projetos políticos diferenciados foram apresentados: 1) O da ‘maioria’ que, além de interesses pessoais de suas lideranças, discutia a abolição da escravatura, desejava a forma de governo republicana e uma interação latino-americana. [...] 2) O da ‘minoría’ que

¹⁹ Ibid. p. 20.

²⁰ Ibid. p. 23.

²¹ ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983. p. 62-63.

desejava melhorias pessoais dentro do próprio sistema, sem grandes preocupações com o modelo político e econômico.²²

De acordo com Maria Medianeira Padoin, o grupo majoritário defendia um federalismo enquanto Confederação de viés republicano, ou seja, “[...] a relação que permitisse a manutenção da soberania e independência (interna e externa) do Rio Grande do Sul”.²³ Já a “[...] minoria pregava a Federação, mas que o Rio Grande do Sul continuasse na condição de Província (Estado membro) do Império”.²⁴ Essa cisão existente no seio das lideranças farroupilhas é de extrema importância para a revisão da teoria sobre a nulidade da influência mazziana neste movimento, já que essas divergências ideológicas tornam mais plausível à hipótese de uma diferente gradação de recepção do ideário mazziano, muito mais do que sua anulação para o contexto farroupilha. Nesta perspectiva, é provável que o ideário mazziano tenha apresentado maior receptividade pelo conjunto da ‘maioria’ (liberais republicanos; progressistas), do que da ‘minoria’ (monarquistas; de caráter conservador) das lideranças do movimento.

Além de perceber estas divergências ideológicas, é importante levar em conta todo o processo de desenrolar da Revolução (1835-1845), comparando as reivindicações iniciais dos revolucionários (principalmente os manifesto de 25 de setembro de 1835) com o que ficou acordado no Convênio de Ponche Verde (28 de fevereiro de 1845),²⁵ já que:

A comparação das cláusulas de Ponche Verde com as propostas iniciais da Revolução revela as discrepâncias entre o que se queria com 20 de setembro de 1835 e o que se obteve em 28 de fevereiro de 1845 [...] das reivindicações feitas ao governo central [...] apenas uma foi atendida [...] o imposto de 25% [sobre o charque uruguaio].²⁶

Pela assertiva acima, percebe-se a mutabilidade das reivindicações ao longo do período revolucionário, sendo que a cisão entre os objetivos das lideranças farroupilhas se agudizou na medida em que a guerra se aproximava de seu desfecho. Sendo assim, três momentos cronologicamente demarcados, devem ser colocados:²⁷

1º - setembro de 1835 a setembro de 1836, isto é, da deposição de Fernandes Braga à proclamação da República Riograndense;

²² FACHEL. Op. Cit. p. 124.

²³ PADOIN, Maria Medianeira. *Federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001. p. 131.

²⁴ Ibid. p. 132.

²⁵ Ambos os documentos são encontrados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

²⁶ PICCOLO, Helga Iracema Langraf. O discurso político na Revolução Farroupilha. In.: *Revista de História*. Vol. 01. Porto Alegre, 1986/1987. p. 51.

²⁷ Ibid. p. 43.

9

2° - setembro de 1836 a maio de 1840, isto é, da proclamação da República Riograndense à campanha da maioria de Dom Pedro II;

3° - maio de 1840 a fevereiro de 1845, isto é, da maioria à pacificação do Rio Grande do Sul.

O primeiro momento se caracteriza pela formação da revolta da elite estancieira riograndense (onde Zambecari se fez presente) que, com a perpetuação da política centralista da regência imperial, buscou primeiramente a maior autonomia da Província e, sua não obtenção, culminou com a proclamação da República Rio-grandense. No segundo momento, é importante ressaltar que a perspectiva da República, aberta aos farroupilhas, provavelmente, possibilitou uma aproximação ideológica do grupo majoritário das lideranças do movimento com Rossetti e Garibaldi que chegaram ao Rio Grande do Sul, respectivamente, nos anos de 1837 e 1838. Porém, no ano de 1839, Rossetti se afasta de sua atribuição como editor do Jornal 'O Povo', já delineando seu descontentamento com os rumos tomados pelo movimento riograndense. No terceiro momento, o grupo minoritário das lideranças farroupilhas acabou adquirindo mais poder no desenrolar da Revolução, haja vista o próprio afastamento de Bento Gonçalves do governo, em agosto de 1843. Nesse cenário, Rossetti morre na Batalha do Passo do Vigário, em Viamão (24 de novembro de 1840) e Garibaldi se afasta do movimento, rumando ao Uruguai (1841). Ao longo dessas etapas, é perceptível que a decadência da maioria no poder é concomitante ao crescente distanciamento de Garibaldi e Rossetti do movimento, o que reforça a hipótese de sua maior aproximação com o grupo majoritário das lideranças farroupilhas.

O legado para a posteridade

A Revolução Farroupilha deixou um forte legado histórico ao Estado Rio-grandense. Sendo um movimento que, apesar de derrotado pelas forças imperiais, conseguiu conquistar algumas medidas político-econômicas que favoreceram a elite sulista, agarrando-se “[...] à crença de que sua honra, no acordo final, permanecera intocada”.²⁸ Essa certeza de ter mantido a honra e não ter simplesmente capitulado às forças imperiais foi um forte legado do movimento farroupilha para a posterior construção regionalista da imagem do ‘gaúcho’.

Esse movimento influenciou a criação de várias entidades sócio-culturais que o sedimentaram como marco da história rio-grandense. Em 1868, foi fundado o *Partenon*

²⁸ LEITMAN, Spencer L. Revolucionários italianos no império do Brasil. In.: DACANAL. Op. Cit. p. 99.

10

Literário; agremiação que exaltou o ‘gaúcho’, através de uma visão romancista tardia, como puro, valente, generoso, enfim, um ser pleno de qualidades.²⁹ Dessa forma, ocorre uma exaltação de figuras históricas da Revolução Farroupilha, de maneira a heroicizar personagens como Bento Gonçalves e Giuseppe Garibaldi, dentre outros, que ficaram para a posteridade como símbolos de uma ‘passado glorioso’ de nosso Estado.

Em 1898, surgiu a primeira agremiação tradicionalista do Rio Grande, o *Grêmio Gaúcho de Porto Alegre*, fundada pelo positivista e republicano José Cezimbra Jacques.³⁰ A Revolução Farroupilha se firmava como fato ‘glorioso’ da história gaúcha e seu ideário passava por uma releitura, sendo colocado como símbolo de resistência e bravura do povo rio-grandense. Assim como feito pelo *Partenon Literário*, os principais líderes farroupilhas foram exaltados como símbolo da imagem do gaúcho a ser seguida: corajoso, honesto, justo e forte. Dentre os italianos ligados ao movimento, havia destaque para Garibaldi e, secundariamente, para Zambecari e Rossetti.

Neste mesmo sentido, inspirado em Auguste Comte, o movimento positivista – que passou a comandar politicamente o Rio Grande do Sul após o advento da República no Brasil (1889) – perpetuou a figura ‘gloriosa’ do gaúcho, além de colaborar fortemente para a construção da imagem da Revolução Farroupilha como ‘A Grande Revolução’. Os positivistas reivindicaram o republicanismo como herança do ideário farroupilha, que os teria inspirado a fundar, em 1882, o Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Este ideário foi adaptado aos interesses pragmáticos do PRR no exercício do poder, de forma a respaldar e justificar seus fins políticos.

Além do âmbito político, o positivismo também pôde ser percebido na produção historiografia. Dentre os autores mais conhecidos que discorrem com linguagem de cunho metódico (positivista) acerca da Revolução Farroupilha podemos conceber homens como Alfredo Varella, Augusto Tasso Fragoso, Joaquim Francisco de Assis Brasil e Othelo Rosa, dentre outros. Apesar de encontrarmos correntemente no meio historiográfico críticas à forma factual e/ou literária de escrita destes autores, devemos conceber estas obras como enquadradas em um determinado momento histórico no qual seguiram o caráter científico de

²⁹ CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Memória de Garibaldi e a construção da identidade entre italianos no Rio Grande do Sul. In.: BARROS FILHO, Omar L. De; SEELIG, Ricardo Vaz; BOJUNGA, Sylvia (org.). *Os caminhos de Garibaldi na América*. Porto Alegre: Laser Press Comunicação, 2007. p. 102.

³⁰ OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 51, apud CONSTANTINO, op. cit. p. 102.

11

pesquisa pertinente à sua época. Além disso, é necessário levar em conta que no espaço rio-grandense estes autores foram responsáveis por preservar grande parte da documentação pertinente à história local.

Levando em consideração a importância da população de origem italiana para a formação sócio-cultural do Rio Grande do Sul (haja vista o grande número destes imigrantes que vieram para nosso Estado; algo em torno de 80.000 em fins do século XIX³¹), faz-se importante compreender as relações entre os ativistas mazzianos e os farroupilhas como um dos primeiros contatos de trocas de experiências ideológicas entre os espaços rio-grandense e italiano. Além disso, devemos ter o conhecimento de que, após a Revolução Farroupilha, ocorreu a permanência em solo gaúcho de parte do contingente de italianos que haviam lutado na trajetória farroupilha. É importante perceber que, longe de sua terra natal, os imigrantes italianos criaram seus próprios símbolos de representação de sua ‘italianidade’ e fizeram uso de uma figura de suma importância para o *Risorgimento* e que houvera lutado em terras gaúchas: Giuseppe Garibaldi. Acerca da figura garibaldina, relida pelos imigrantes italianos, Núncia Constantino escreve:

As mais frequentes representações de Garibaldi, no Rio Grande do Sul, são acompanhadas por imagens bem conhecidas: a imagem do general unificador da pátria italiana e a imagem do herói da Revolução Farroupilha. Destes símbolos fazem uso os imigrantes italianos, no processo de construção de uma italianidade no Brasil meridional.³²

Dessa maneira, se percebe que, para o reconhecimento desses imigrantes italianos como tais, além de pertencentes à sociedade gaúcha na qual se encontravam, fez-se uso da construção da imagem garibaldina que passou por transformações no curso do tempo, chegando aos dias atuais como ‘o herói de dois mundos’; “[...] o general unificador, símbolo à formação de uma coletividade, [que] voltou à juventude, vestindo um poncho, como o idealista republicano, capaz de grandes feitos durante a nossa Revolução”.³³

Assim como Garibaldi, frente ao fracasso temporário das ações revolucionárias na Itália contra os regimes políticos calcados no absolutismo (durante a década de 1830), inúmeros exilados partiram para o restante do mundo, inclusive para a América Latina; escolhida por alguns que acreditavam ser este continente mais propício a fazer vingar os ideais republicanos. Particularmente no Rio Grande do Sul, esses homens divulgaram o

³¹ LEITMAN, op. cit. p. 99.

³² CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *O italiano da esquina: meridionais na sociedade porto-alegrense e permanência da identidade entre moraneses*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1990. Ibid. p. 87.

³³ Ibid. p. 106.

12

romantismo e o *Risorgimento* sob a matriz das idéias de Mazzini. Neste sentido, em recente trabalho de José Plínio Guimarães Fachel, que pretendeu revisar as conclusões historiográficas acerca das relações intra-lideranças farroupilhas, o autor faz a seguinte reflexão:

Mas será que sendo Rossetti o redator do jornal oficial *O Povo*, e Tito Lívio Zambecari sendo secretário e chefe do Estado Maior de Bento Gonçalves e Garibaldi tendo comandado a flotilha que atacou Laguna, suas influências poderiam ser nulas?³⁴

Partindo deste mesmo pressuposto, o presente trabalho se propõe a trazer à tona novos elementos que colaborem para o debate historiográfico acerca da inserção e da recepção do ideário romântico de Mazzini na Revolução Farroupilha.

Bibliografia

BALZANI, Roberto. Il problema Mazzini. In.: *Ricerche di storia politica*. Roma: N°. 2, anno 8. giugno 2005.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 5. ed. Brasília: Ed. da UNB, vol. 2., 2000.

BOJUNGA, Sylvia (org.). *Os caminhos de Garibaldi na América*. Porto Alegre: Laser Press Comunicação, 2007.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Memória de Garibaldi e a construção da identidade entre italianos no Rio Grande do Sul. In.: BARROS FILHO, Omar L. De; SEELIG, Ricardo Vaz;

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *O italiano da esquina: meridionais na sociedade Porto-Alegrense e permanência da identidade entre moraneses*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1990.

DROZ, Jacques. *Europa: restauración y revolución, 1815-1848*. Madrid: Siglo XXI, 1985.

FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. As idéias estão no lugar. In.: *Cadernos de Democracia como valor universal*. São Paulo: Brasiliense, 1976.

FREITAS, Décio. Farrapos: uma rebelião federalista. In.: DACANAL, José Hildebrando (org.). *A Revolução Farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

LEITMAN, Spencer L. Revolucionários italianos no império do Brasil. In.: DACANAL, José Hildebrando (org.). *A Revolução Farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

LOPEZ, Luiz Roberto. *Revolução Farroupilha: a revisão dos mitos gaúchos*. Porto Alegre: Movimento, 1992.

MAZZINI, Giuseppe. *Scritti Politici*. Torino: Einaudi, 1976.

MAZZINI, Giuseppe. Os deveres do homem. In.: *Coleção Pensadores Italianos*. São Paulo: Editora Brasileira, Vol. XXVI, 1952.

PADOIN, Maria Medianeira. *Federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

³⁴ FACHEL, Jose Plinio Guimaraes. *Revolução Farroupilha*. Pelotas: Ed. da UFPEL, 2002. p. 29.

13

PERRY, Marvin. *Civilização ocidental*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Farrapos, liberalismo e ideologia. In.: DACANAL, José Hildebrando (org.). *A Revolução Farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PICCOLO, Helga Iracema Langraf. O discurso político na Revolução Farroupilha. In.: *Revista de História*. Porto Alegre, Vol. 01, 1986/1987.

PICCOLO, Helga I.L. A Guerra dos Farrapos e a construção do Estado Nacional. In.: DACANAL, José Hildebrando (org.). *A Revolução Farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

SARTI, Roland. *Giuseppe Mazzini: la politica come religione civile*. Roma: Editora Laterza, 2005.

SCHUWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In.: *Estudos Cebrap*. São Paulo: Brasiliense, jan. 1973.